Direção-Geral da Economia

REPÚBLICA PORTUGUESA | ECONOMIA E COESÃO TERRITORIAL

Tema Económico

129

abril de 2026

Avaliação do Impacto da Aquisição da Nowo nos Preços das Telecomunicações

Gonçalo Novo

Direção-Geral da Economia
Directorate-General of the Economy
Avenida da República, n.º 79 - 1069-218 Lisboa, Portugal
www.gee.gov.pt
ISSN (online): 1647-6204

Avaliação do Impacto da Aquisição da Nowo nos Preços das Telecomunicações

Gonçalo Novo [1]

Sumário Executivo

Num contexto de elevada concentração e potencial coordenação estratégica entre operadores incumbentes, a entrada de um novo concorrente com uma estratégia de preços agressiva pode exercer pressão concorrencial e induzir ajustamentos nos preços de mercado. Partindo desta hipótese, este trabalho pretende analisar o impacto da entrada da DIGI no mercado português de telecomunicações, concretizada através da aquisição da Nowo, sobre a evolução dos preços de três serviços específicos: acesso à internet, serviços telefónicos móveis e serviços em pacote.

Recorrendo à metodologia do controlo sintético, na sua formulação recente orientada para predição e inferência, estima-se o contrafactual para Portugal a partir de um conjunto de Estados-membros da União Europeia, permitindo a quantificação da incerteza associada aos efeitos estimados. Como exercício de robustez, aplica-se igualmente o método *Synthetic Difference-in-Differences* (SDiD).

Os resultados indicam uma redução estatisticamente relevante dos preços dos serviços de acesso à internet, sugerindo a intensificação da pressão concorrencial com a entrada da DIGI. Para os serviços telefónicos móveis, os efeitos revelam-se mais ténues e potencialmente retardados no tempo, não se observando significância estatística no efeito médio de tratamento. No segmento dos serviços em pacote, não é encontrada evidência de impacto relevante da entrada da DIGI sobre os preços.

No seu conjunto, os resultados evidenciam efeitos heterogéneos da entrada de um novo operador, variáveis consoante o segmento de mercado.

Classificação JEL: L13, L96, D43, L41

Palavras-Chave: Entrada de mercado, Concorrência e preços, Telecomunicações

Nota: Este artigo é da responsabilidade exclusiva dos autores e não reflete necessariamente as posições da DGE ou do Ministério da Economia e da Coesão Territorial

[1] Direção-Geral da Economia, goncalo.novo@gee.gov.pt.

1. Introdução

Ao longo do último século, a indústria das telecomunicações foi amplamente regulada nas mais diversas dimensões do seu funcionamento, fosse ao nível dos preços, da natureza da propriedade das empresas, condições de entrada no mercado ou condicionamento da sua atividade e oferta comercial. Contudo, os governos nacionais e os organismos transnacionais, como a UE e a OCDE, vieram a advogar a sua liberalização desde o final desse século, promovendo alterações regulatórias que visavam reduzir as restrições à eficiência do mercado e que, entre outros resultados, viria a contribuir para a dissolução do monopólio conferido às empresas estatais, ganhos de produtividade e na qualidade dos serviços, e redução dos preços praticados pelas operadoras (Boylaud & Nicoletti, 2000).

Ainda assim, com a entrada de novas empresas, e apesar dos benefícios atrás mencionados com a alteração de política pública, o mercado das telecomunicações foi evoluindo e colocando novos desafios às autoridades competentes pela transfiguração das suas dinâmicas monopolísticas para oligopolísticas (OECD, 1999). A discussão passou a centrar-se nas instâncias em que a política regulatória devia actuar para conter eventuais incentivos que se alinhassem perante os agentes em oligopólios para substituírem práticas competitivas por coordenação anticompetitiva, resultando em perdas de bem-estar social qualitativamente idênticas às que adviriam dos anteriores monopólios.

Assim, nos contextos em que o mercado oligopolista não corresponda aos preceitos de um equilíbrio Bertrand-Nash, com as empresas a coordenarem-se potencialmente entre si para a maximização dos seus *markups*, a entrada de um novo *player* no mercado pode, teoricamente, produzir efeitos análogos a um aumento da pressão concorrencial no curto ou médio prazo decorrentes da estratégia da empresa em capturar quota de mercado às incumbentes.

Essa é uma conclusão retirada por Basker & Noel (2009), ainda que numa outra indústria - embora partilhe com esta elevados níveis de concentração e a possibilidade de segmentação dos consumidores por localização geográfica -, estimando que as grandes cadeias de retalho respondiam à abertura de um Walmart na sua área geográfica com a descida de preços numa vasta gama de produtos.

Do mesmo modo, mais próximos do nosso tópico de interesse, Bourreau et al (2019) estudam a resposta das incumbentes à entrada de um novo operador de rede móvel no mercado francês com os resultados a apontarem para a quebra de uma situação de conluio tácito entre os anteriores operadores, que introduzem operadores low-cost de forma a se ajustarem à entrada do novo concorrente. A introdução de uma nova empresa no mercado, ao criar incentivos para a disputa de clientes entre operadores, está também a eliminar as restrições à diversificação de serviços que existiam na situação de conluio para evitar a canibalização entre eles.

É esta asserção que motiva a análise do caso em apreço. Em setembro de 2022, a Vodafone anuncia um acordo para a compra da Cabonitel, detentora da Nowo. Nesse momento, a operação compreenderia a aquisição da quarta operadora em quota de mercado pela terceira

operadora, em todos os serviços, exceto no dos acessos móveis utilizados, no qual a Vodafone detinha a segunda maior quota de mercado no 4.º trimestre de 2022.

A transação aguardaria a necessária avaliação da Autoridade da Concorrência (AdC) para que se efetivasse. Em julho de 2024, a AdC vir-se-ia a pronunciar desfavoravelmente à operação de concentração por ser suscetível de criar entraves significativos à concorrência efetiva nos mercados relevantes identificados, prejudicando os consumidores.

Cerca de um mês depois, a DIGI, operadora de serviços de comunicações eletrónicas com presença na Roménia, Itália e Espanha - cuja estratégia se destaca pelas ofertas comerciais de serviços fixos e móveis a preços muito competitivos -, comunica à AdC a aquisição da Cabonitel, tendo o regulador, desta feita, anunciado a sua não oposição à operação de concentração em outubro.

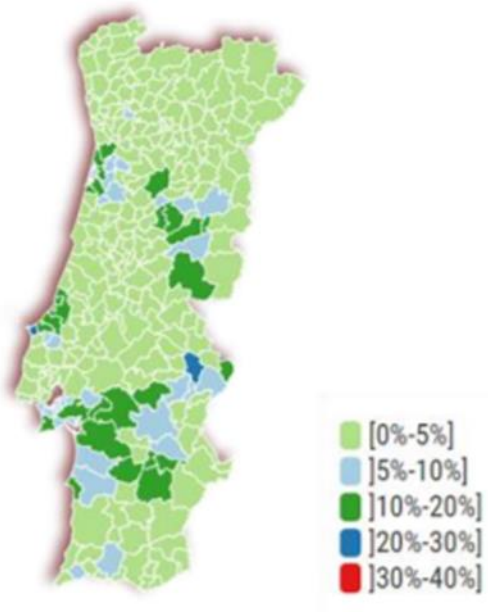
O trabalho visa avaliar de que forma a aquisição de uma operadora por outra que implementa uma estratégia de preços agressiva, exercendo pressão concorrencial sobre os operadores incumbentes, se refletiu na evolução dos preços de três serviços específicos: serviços de acesso à internet, serviços telefónicos móveis e serviços em pacote.

2. Descrição do mercado de telecomunicações prévia à aquisição da Nowo pela DIGI

A investigação da AdC à aquisição da Nowo pela Vodafone serve para detalhar com maior profundidade o mercado das comunicações eletrónicas português. À imagem do que vem relevado em trabalhos teóricos e empíricos em outros países, também o mercado de telecomunicações em Portugal apresenta elevados níveis de concentração, com a MEO, a NOS e a Vodafone a reunirem quotas de mercado agregadas superiores a 90%.

A Nowo apresentava uma implantação limitada no território nacional, havendo, no entanto, aumentado em anos recentes o número de alojamentos cablados com a tecnologia FTTH (*Fiber to the Home)* de 65, no final de 2020, para 129 mil, no 3.º trimestre de 2022. A figura abaixo demonstra a quota de mercado da Nowo nas ofertas *four play*, destacando-se uma maior incidência nas regiões do Alentejo e Península de Setúbal, bem como em alguns municípios da região de Aveiro, Centro, Oeste e Área Metropolitana do Porto.

Figura 1: Quota de mercado da Nowo no segmento 4P, no 2.º trimestre de 2022



Fonte: Autoridade da Concorrência. (2024)

A AdC entendeu que, no caso da aquisição se realizar, não só os níveis de concentração medidos através do IHH e respetivo delta ficariam acima dos valores recomendados pela Comissão Europeia para concentrações horizontais – para todos os segmentos à exceção do 4P -, como que, a respeito da quantificação dos impactos unilaterais, seria eliminada a existência de uma pressão concorrencial da Nowo nas áreas geográficas onde estava presente, particularmente sobre os preços praticados pela Vodafone e pela MEO no segmento 4P, assim se concluindo uma perda global do excedente do consumidor, bem como o aumento dos índices de Lerner, na eventual conclusão da operação de aquisição da Nowo pela Vodafone.

Concomitantemente, a AdC concluiu, através da aplicação de um modelo de equilíbrio estático da indústria de concorrência em preços e de um modelo dinâmico de aprendizagem por reforço, o aumento do grau, da probabilidade e da sustentabilidade interna e externa da coordenação de comportamentos entre os três maiores operadores face à realização da operação.

Por outro lado, não se considerou a operação de concentração associada à compra da Nowo pela DIGI suscetível de criar barreiras significativas à concorrência efetiva nos mercados decorrentes de efeitos unilaterais. Uma vez que que não se observa uma total convergência entre as regiões com presença de rede fixa da Nowo e da DIGI – a última viria a entrar em mercado nacional independentemente da materialização da aquisição da Nowo -, esta estaria mais capacitada para praticar preços competitivos numa maior amplitude geográfica, potencialmente imprimindo efeitos pró-concorrenciais no mercado em questão.

3. Dados

Tal como previamente enunciado, o interesse da análise cinge-se a avaliar o impacto da aquisição da Nowo nos preços dos serviços de acesso à internet, serviços telefónicos móveis e serviços em pacote.

Uma vez que não dispomos de uma base de dados consolidada que congregue os preços praticados pelos diversos operadores nos diversos serviços ao longo do tempo, adotaremos como *proxy* o valor do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (HICP), tal como publicado pelo Eurostat, para cada um dos três serviços.

A limitação mais evidente desta opção é a de não estarmos exclusivamente a observar a variação de preços destes serviços. Isto acontece porque não temos acesso direto à oferta comercial de cada operador, o que também ressalta o problema relativo à heterogeneidade dos serviços disponibilizados, com um indicador agregado a impedir que se distingam as alterações de preços das alterações à qualidade dos serviços, por exemplo, a composição e componentes dos pacotes.

O Eurostat recomenda dois métodos para o cálculo do índice de preços destes serviços. Para os serviços telefónicos móveis recomenda a utilização do método baseado no perfil de consumidor, segundo o qual é acompanhado o preço de um volume fixo de uso proveniente de um operador específico, ao invés da variação do preço de uma oferta de produto/serviço particular.

O segundo método, aplicado tanto aos serviços de acesso à internet, quanto aos serviços em pacote, designado *matched pairs*, consiste na definição de um pacote de produtos/serviços enquanto um único produto/serviço. Ao contrário do método do perfil de consumidor, este acompanha a variação do preço de uma oferta de produto/serviço particular. Deste modo, este método possibilita que se debele, em parte, a segunda limitação apontada no anterior parágrafo. Uma vez que aqui são considerados os serviços em si e não os perfis de consumo, os desafios relativos aos ajustamentos de qualidade são mais prementes aquando de upgrades nos serviços.

A grande vantagem da utilização do HICP prende-se com a incorporação de ponderadores específicos para cada operador, baseados nas suas receitas ou número de subscrições, bem como da taxa de migração entre os pacotes de serviços disponibilizados, algo que é particularmente relevante considerando os períodos de fidelização nos contratos para a prestação de serviços de telecomunicações e que novas ofertas podem coexistir com ofertas já existentes. Ao incorporar estes mecanismos, o HICP permite que a formação do índice de preços reflita mais adequadamente a estrutura efetiva da oferta e a sua relevância para os consumidores neste mercado.

4. Metodologia

Para avaliar o impacto da aquisição da Nowo pela DIGI nos preços dos serviços de telecomunicações, alguns desafios se erguem. Em primeiro lugar, a estratégia de identificação implica que nos debrucemos sobre a estimação do efeito causal da aquisição de um operador com reduzida quota de mercado por um outro operador sem implantação nacional prévia. Portugal seria a única unidade sujeita a tratamento nesta moldura, com os restantes Estados-membros a integrarem o grupo de controlo. Não podemos excluir que novos operadores tenham iniciado atividade nestas circunscrições geográficas, com uma gama de serviços idêntica, ou que outros processos de M&A possam ter ocorrido. Contudo, da pesquisa que nos foi possível executar no âmbito da informação pública disponibilizada pelas entidades reguladoras de cada país, não se observou qualquer outro caso de entrada no mercado de um operador de telecomunicações via a aquisição de uma empresa incumbente no período em análise.

Em segunda instância, antes da operação de aquisição, o índice de preços para os serviços selecionados podia já evoluir de forma distinta em Portugal e no grupo definido, ou certos indicadores e características que possam estar relacionadas com o potencial para um aumento de preços nas rubricas em questão (como a taxa de inflação agregada, a estrutura concorrencial do mercado ou o nível de intervenção da política regulatória) podiam ser diferentes nesse momento ex ante.

Deste modo, recorremos à metodologia proposta por Abadie & Gardeazabal (2003) a respeito da construção de uma região sintética de controlo com características semelhantes às do País Basco antes do início da atividade terrorista da ETA, para assim estimar o seu impacto no crescimento económico desta região.

A estrutura do controlo sintético com base numa única unidade tratada compreende que J seja o número de regiões de controlo disponíveis e W = (w1, …, wJ)’ um vetor (J x 1) de ponderações não-negativas cuja soma equivale a 1. Por usa vez, wj (j = 1, …, J) é um escalar que representa a ponderação da região j na unidade sintética de Portugal. Assim, por cada valor W surgirá uma nova unidade sintética de Portugal.

Genericamente, os trabalhos que recorrem ao método do controlo sintético (SCM) constroem outros dois vetores tendo por base os valores pré-tratamento das variáveis que se presumem ser preditivas da variável independente, tanto para a unidade tratada (X1) quanto para o grupo das não-tratadas (X0). No nosso caso, atendendo à impraticabilidade de coligir um conjunto de indicadores que preencham esta função e uma vez que estamos na presença de variáveis que apresentam uma elevada persistência, permitindo-nos considerar que determinantes não-observáveis são capturados pelos seus valores desfasados, a unidade sintética será construída, a cada vez, através do *matching* dos valores pré-tratamento das variáveis de interesse.

Assim, sendo V uma matriz diagonal que traduz a importância relativa de cada uma das três rubricas do HICP, o vetor de ponderadores W* minimizará (X1 – X0W)’V (X1 – X0W)

sujeito a $w_j \geq 0$ ($j = 1, 2, ..., J$) and $w_1 + \cdots + w_J = 1$. W^* abarcará o conjunto de Estados-membros no grupo de controlo que mais se assemelham a Portugal no constante aos valores pré-tratamento no período que antecede a aquisição da Nowo pela DIGI.

Recorremos ao mais recente pacote construído por Cattaneo et al. (2025), designado *synthetic controls for prediction and inference*, no qual se considera o efeito de tratamento um problema de predição contrafatual e se procede à quantificação da incerteza condicional às observações registadas.

Para teste de robustez utilizaremos o SDiD como delineado por Arkhangelsky, et al. (2021), método esse que permite a introdução de ponderadores temporais, e não estritamente afetos às unidades, surgindo como complemento ao método atrás descrito.

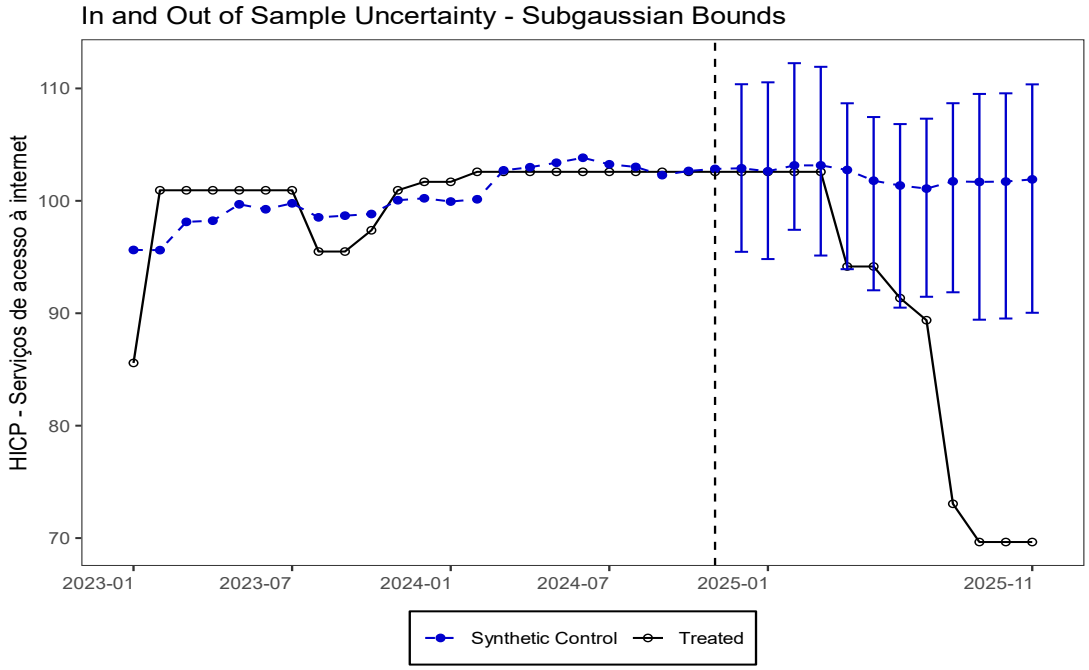
5. Resultados

Passamos a apresentar os resultados empíricos da aplicação da metodologia acima apresentada.

Nos Anexos, poder-se-á encontrar uma tabela com as ponderações atribuídas a cada Estado-membro considerado na análise e que convergem na criação da unidade sintética de Portugal. De entre o conjunto selecionado, apenas cinco países apresentam ponderações diferentes de zero.

Na Figura 2 representa os resultados dos *synthetic controls for prediction and inference* (SCPI) para os serviços de acesso à internet. Os valores para Portugal mantêm-se estáveis até quatro meses após a entrada da DIGI no mercado, mas iniciam uma trajetória descendente a partir de abril, com o índice correspondente a 69.65, em novembro de 2025, não sendo contido pelo intervalo de predição para a unidade de controlo sintética, o que nos permite concluir que o índice de preços dos serviços de acesso à internet em Portugal não se encontra dentro dos valores previstos na ausência do "*tratamento*".

Figura 2: Valor observado e contrafactual do índice de preços dos serviços de acesso à internet, em Portugal



Resultado observado para a unidade tratada (preto) e o seu controlo sintético (azul). O controlo sintético é construído utilizando as ponderações das unidades doadoras. A linha vertical a tracejado assinala a entrada da DIGI no mercado, em dezembro de 2024, após a aquisição da Nowo. As barras azuis representam intervalos de predição sub-Gaussianos de 90%.

Embora a DIGI tenha registado no 3.º Trimestre de 2025 uma variação homóloga de 38,9% - face ao valor da Nowo - no que concerne à quota do tráfego de acesso à internet em banda larga fixa, esta era ainda de 2,5%. A quota da DIGI é ainda residual neste serviço, assim, a descida do índice sugere que os concorrentes terão também ajustado os preços da sua oferta comercial à entrada desta, corroborando a assunção de quebra do equilíbrio coordenado vigente no período anterior.

Em complementaridade, o SDiD aponta para um efeito médio do tratamento de -13.85. Num cenário contrafactual, o índice de preços dos serviços de acesso à internet seria, em média, aproximadamente 14 pontos mais elevado em Portugal face aos valores registados.

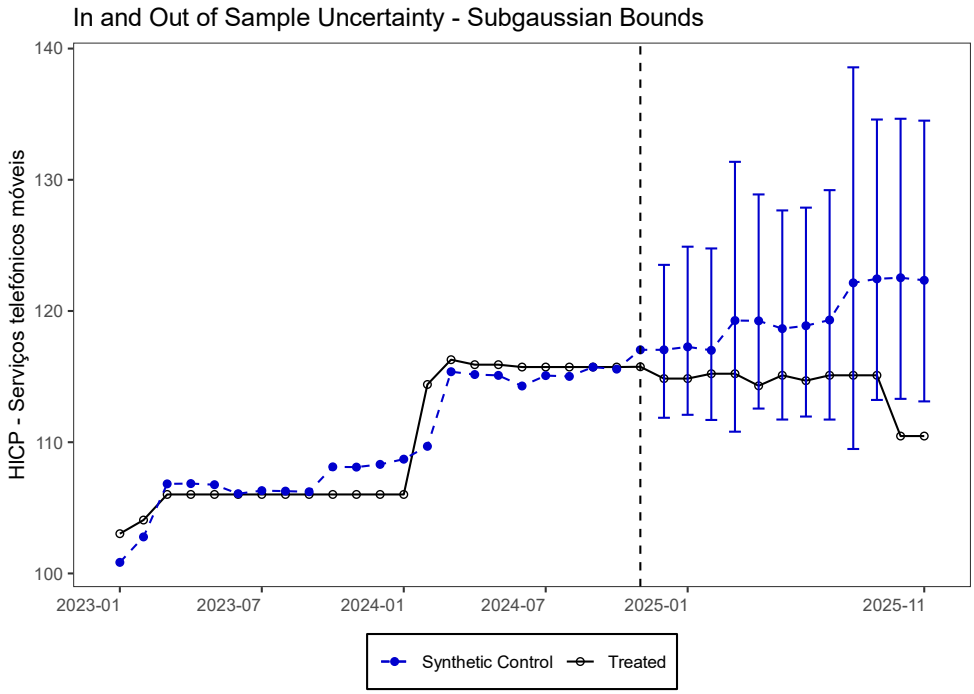
Tabela 1: Impacto da aquisição da Nowo pela DIGI nos serviços de acesso à internet (SDiD)

	ATT ponderado	Std. Err.	t	P>|t|	[95% Conf. Interval]	
Portugal	-13.84752	2.03927	-6.79	0.000	-17.84441	-9.85063

95% CIs and p-values are based on Large-Sample approximations.
See Arkhangelsky et al., (2020) for theoretical derivations.

Quanto aos serviços telefónicos móveis, os resultados não são tão inequívocos. Na Figura 3 constatamos que o índice para estes serviços se encontra contido no intervalo de predição durante a quase totalidade do período que procede à aquisição da Nowo. No entanto, ele já não é por este abrangido nos últimos dois períodos de observação. Tal evidência sugere a possibilidade de os efeitos serem retardados no tempo, mais do que nos serviços de acesso à internet, e que nos próximos meses a tendência seria reforçada.

Figura 3: Valor observado e contrafactual do índice de preços dos serviços telefónicos móveis, em Portugal



Resultado observado para a unidade tratada (preto) e o seu controlo sintético (azul). O controlo sintético é construído utilizando as ponderações das unidades doadoras. A linha vertical a tracejado assinala a entrada da DIGI no mercado, em dezembro de 2024, após a aquisição da Nowo. As barras azuis representam intervalos de predição sub-Gaussianos de 90%.

No entanto, como seria expectável, os resultados obtidos através do SDiD para o ATT não mostram qualquer significância estatística. Se o impacto da aquisição da Nowo pela DIGI nos preços dos serviços telefónicos estiver concentrado no subperíodo mais tardio do período pós-aquisição poderá não revelar a persistência necessária para que seja produzido um efeito médio de tratamento estatisticamente significante.

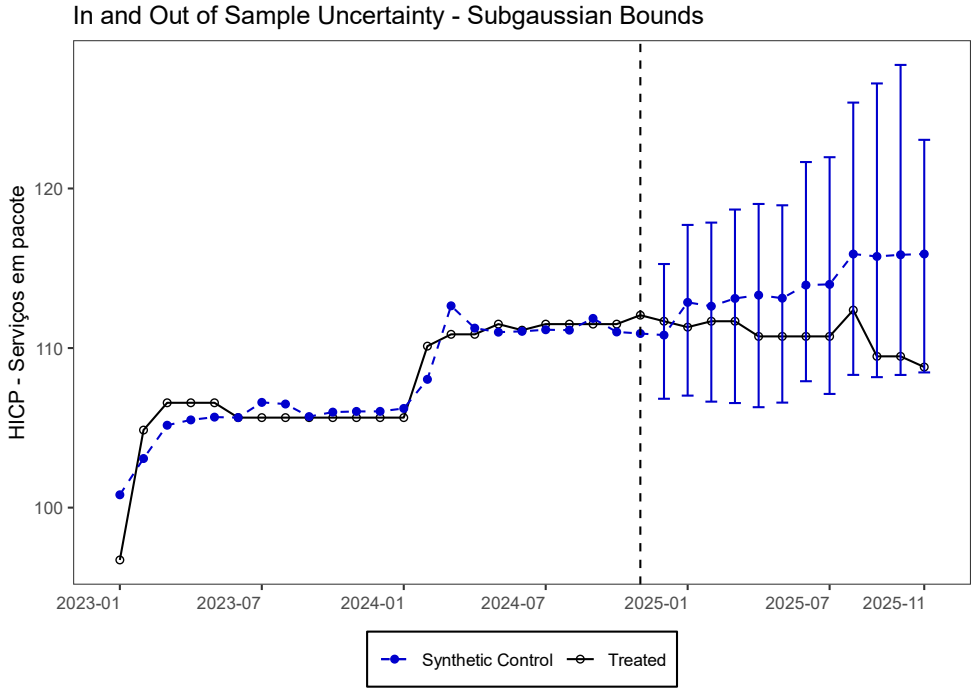
Tabela 2: Impacto da aquisição da Nowo pela DIGI nos serviços telefónicos móveis (SDiD)

	ATT ponderado	Std. Err.	t	P>|t|	[95% Conf. Interval]	
Portugal	-3.58869	3.42208	-1.05	0.294	-10.29584	3.11846

95% CIs and p-values are based on Large-Sample approximations.
See Arkhangelsky et al., (2020) for theoretical derivations.

No que respeita aos serviços em pacote, o evento estudado não parece ter exercido qualquer efeito na variação dos preços.

Figura 4: Valor observado e contrafactual do índice de preços dos serviços em pacote, em Portugal



Resultado observado para a unidade tratada (preto) e o seu controlo sintético (azul). O controlo sintético é construído utilizando as ponderações das unidades doadoras. A linha vertical a tracejado assinala a entrada da DIGI no mercado, em dezembro de 2024, após a aquisição da Nowo. As barras azuis representam intervalos de predição sub-Gaussianos de 90%.

O mesmo é secundado pelo resultado obtido através do SDiD.

Tabela 3: Impacto da aquisição da Nowo pela DIGI nos serviços em pacote (SDiD)

	ATT ponderado	Std. Err.	t	P>|t|	[95% Conf. Interval]	
Portugal	-4.03185	4.3804	-092	0.357	-12.61727	4.55357

95% CIs and p-values are based on Large-Sample approximations.
See Arkhangelsky et al., (2020) for theoretical derivations.

6. Conclusão

A análise realizada evidencia que a entrada da DIGI no mercado português, através da aquisição da Nowo, teve efeitos heterogéneos sobre os preços dos serviços de telecomunicações, refletindo alterações na dinâmica concorrencial do setor. Para os serviços de acesso à internet, os resultados do SCM com intervalos de predição e do SDiD sugerem uma redução significativa do índice de preços relativamente ao contrafactual, indicando que a entrada de um operador com estratégia de preços agressiva induziu ajustamentos por parte das incumbentes e desestabilizou uma eventual conjuntura de equilíbrio coordenado. Este efeito confirma a relevância da pressão concorrencial exercida por novos entrantes em mercados oligopolísticos.

No caso dos serviços telefónicos móveis, os efeitos sobre os preços mostram-se mais difusos e potencialmente retardados, com os índices de preços apenas a sair dos intervalos de predição nos períodos finais de observação. Este padrão sugere, à imagem do identificado nos serviços de acesso à internet, que a reação concorrencial pode manifestar-se de forma gradual, ou que os períodos de fidelização associados a este tipo de contratos impedem uma resposta mais imediata dos consumidores. Por outro lado, nos primeiros meses de operação foram reportadas falhas da rede móvel da DIGI, particularmente no contexto da receção de chamadas, que podem ter obstado a uma maior adesão ao serviço ou a uma menor pressão concorrencial sobre os restantes operadores. De outro modo, caso a oferta dos serviços telefónicos móveis já fosse disponibilizada a preços competitivos, o impacto da entrada da DIGI seria menor.

Por último, para os serviços em pacote, a análise não revela evidência de alterações significativas nos preços decorrentes do evento estudado. Aqui a utilização do HICP manifesta as suas maiores debilidades, uma vez que a composição dos pacotes pode revelar uma ampla diversidade, não sendo de excluir que em certas modalidades o impacto da entrada da DIGI se possa ter verificado. Contudo, a oferta comercial da DIGI em matéria dos serviços de televisão, abrangidos pela generalidade dos pacotes, não apresenta a mesma variedade dos concorrentes – a título de exemplo, o catálogo da DIGI não dispõe dos canais SportTv, empresa na qual os restantes operadores detêm uma participação acionista – o que expõe uma diferenciação qualitativa dos pacotes que pode implicar que a DIGI compita apenas pelo segmento mais básico neste serviço.

Em suma, os resultados apontam para um efeito heterogéneo da entrada da DIGI nos preços, sendo mais pronunciado em serviços de internet fixa e menos evidente em serviços móveis e em pacotes.

No futuro, seria de interesse aceder aos preços das ofertas comerciais praticadas pelos operadores no período respetivo, coletando-os a partir das páginas digitais de cada um deles, o que viabilizaria uma maior desagregação do efeito por características dos serviços de telecomunicações.

Referências

Abadie, A., & Gardeazabal, J. (2003). The economic costs of conflict: A case study of the Basque Country. American Economic Review, 93(1), 113–132.

Arkhangelsky, D., Athey, S., Hirshberg, D.A., Guido W. Imbens, G.B., & Wager, S. (2021) Synthetic difference-in-differences. American Economic Review, 111(12), 4088-4118.

Autoridade da Concorrência. (2024). Decisão de Proibição – Processo de Concentração Ccent. 55/2022, Vodafone / Cabonitel, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio.

Basker, E., & Noel, M. (2009). The evolving food chain: Competitive effects of Wal-Mart's entry into the supermarket industry. Journal of Economics & Management Strategy, 18(4), 977–1009.

Boylaud, O., & Nicoletti, G. (2000). Regulation, market structure and performance in telecommunications (OECD Economics Department Working Papers No. 237). OECD Publishing.

OECD. (1999). Oligopoly (OECD Competition Policy Roundtables No. 25). OECD Publishing.

Anexos

Tabela 4: Ponderação dos países de controlo nos serviços de acesso à internet - SCPI

País	Weight
Austria	0.000
Belgium	0.000
Bulgaria	0.265
Croatia	0.102
Czechia	0.000
Denmark	0.000
Finland	0.000
France	0.290
Germany	0.000
Greece	0.000
Hungary	0.252
Ireland	0.000
Italy	0.000
Latvia	0.000
Lithuania	0.000
Luxembourg	0.092
Poland	0.000
Romania	0.000
Slovenia	0.000

Tabela 5: Ponderação dos países de controlo nos serviços telefónicos móveis - SCPI

País	Weight
Austria	0.000
Belgium	0.000
Bulgaria	0.000
Croatia	0.042
Czechia	0.000
Denmark	0.000
Finland	0.000
France	0.058
Germany	0.000
Greece	0.000
Hungary	0.381
Ireland	0.000
Italy	0.000
Latvia	0.000
Lithuania	0.000
Luxembourg	0.008
Poland	0.511
Romania	0.000
Slovenia	0.000

Tabela 6: Ponderação dos países de controlo nos serviços em pacote - SCPI

País	Weight
Austria	0.000
Belgium	0.000
Bulgaria	0.000
Croatia	0.000
Czechia	0.000
Denmark	0.000
Estonia	0.000
France	0.000
Germany	0.000
Greece	0.000
Hungary	0.059
Ireland	0.000
Italy	0.000
Latvia	0.387
Lithuania	0.000
Luxembourg	0.006
Poland	0.484
Romania	0.000
Slovakia	0.065
Slovenia	0.000
Spain	0.000

Figura 5: Tendências paralelas: grupo de tratados, de controlo sintético e ponderação de anos nos serviços de acesso à internet - SDiD

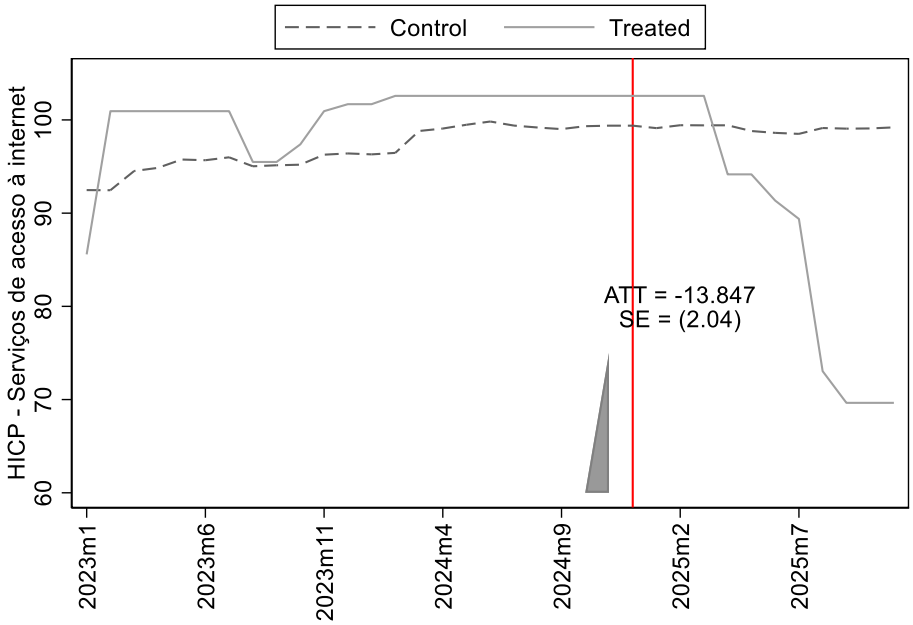


Figura 6: Ponderação dos países de controlo nos serviços de acesso à internet - SDiD

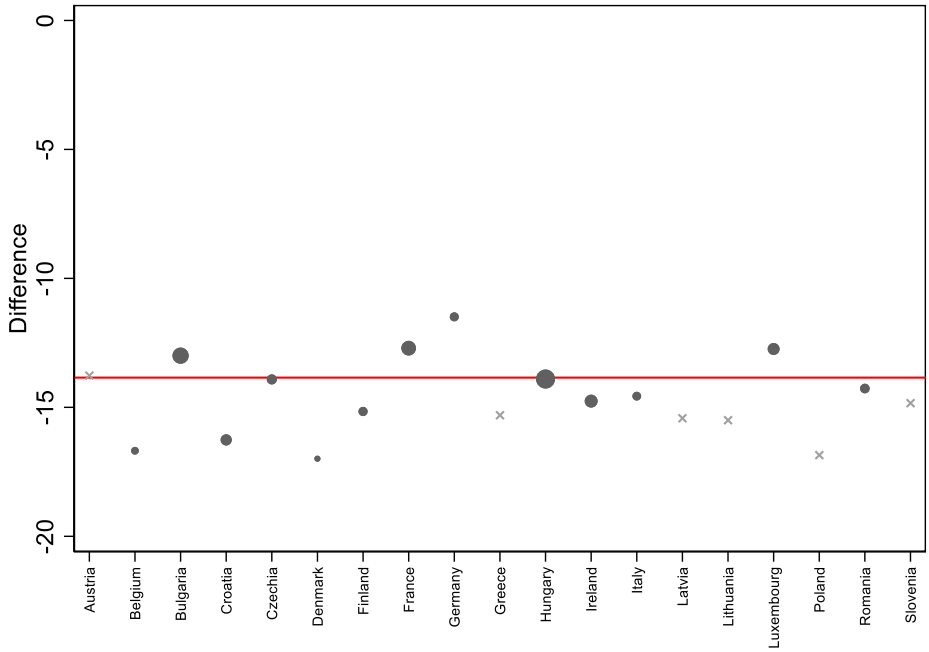


Figura 7: Tendências paralelas: grupo de tratados, de controlo sintético e ponderação de anos nos serviços telefónicos móveis - SDiD

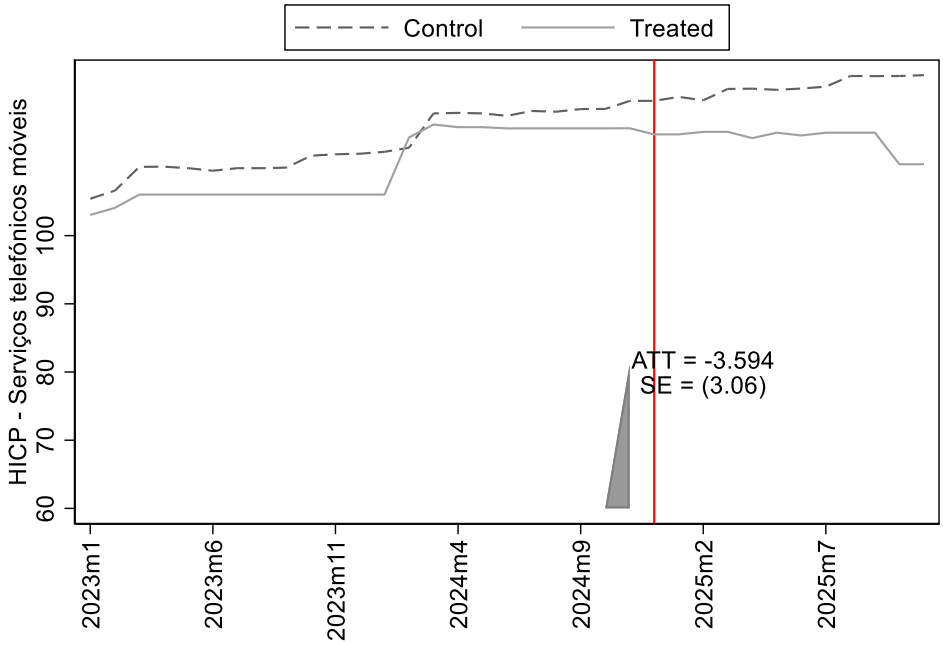


Figura 8: Ponderação dos países de controlo nos serviços telefónicos móveis – SDiD

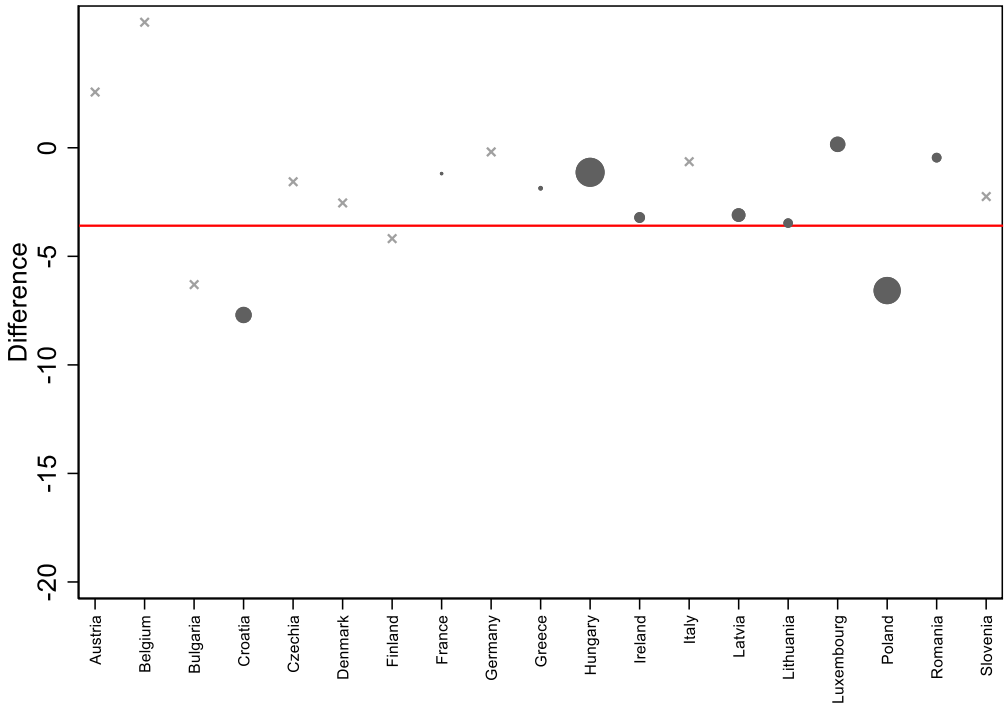


Figura 9: Tendências paralelas: grupo de tratados, de controlo sintético e ponderação de anos nos serviços em pacote - SDiD

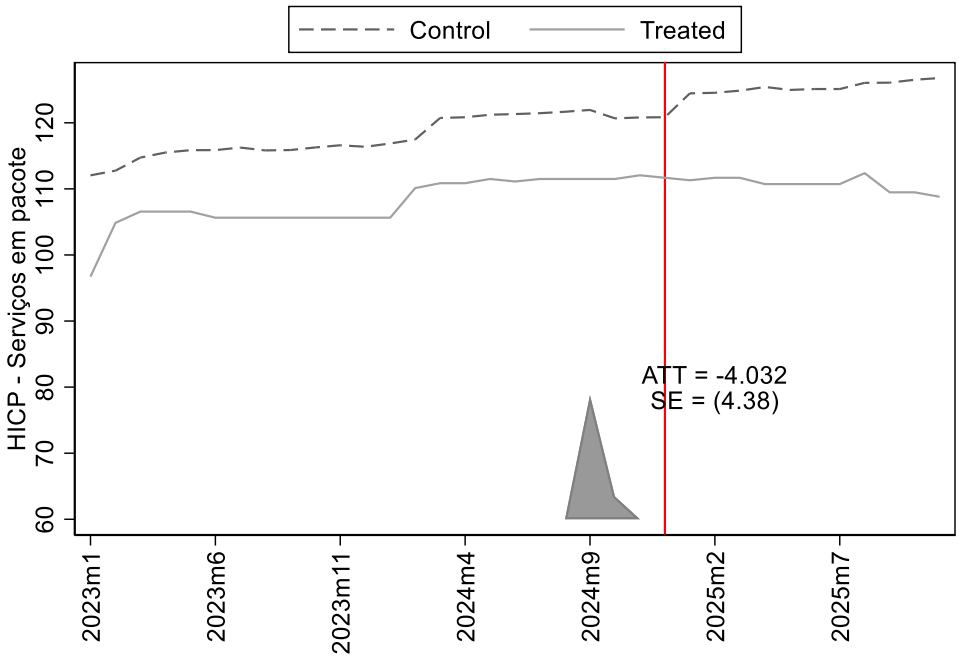
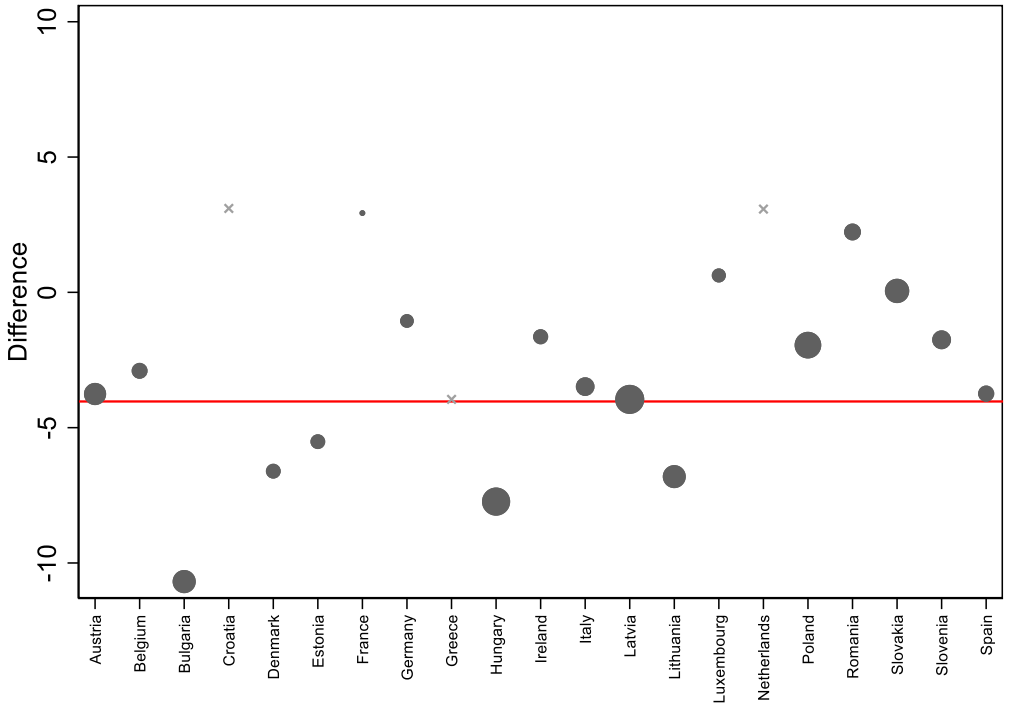


Figura 10: Ponderação dos países de controlo nos serviços em pacote - SDiD



Temas Económicos

1: Relacionamento económico com Angola
Walter Anatole Marques

2: Relacionamento económico com Moçambique
Walter Anatole Marques

3: Relacionamento económico com a Federação Russa
Walter Anatole Marques

4: Evolução da taxa de crescimento das saídas de mercadorias portuguesas face à receptividade dos mercados - Janeiro a Setembro de 2007 e 2008
Walter Anatole Marques

5: Comércio Internacional de Mercadorias - Séries Anuais 2008-2017
Walter Anatole Marques

6: Exportações portuguesas de veículos automóveis e suas partes e acessórios
Walter Anatole Marques

7: Trocas comerciais entre Portugal e a União Europeia na óptica de Portugal e na dos países comunitários 2005-2008 (mirror statistics)
Walter Anatole Marques

8: Expedições portuguesas de Têxteis e de Vestuário para a União Europeia
Walter Anatole Marques

9: Portugal no mundo do calçado
Walter Anatole Marques

10: Entrepreneurship performance indicators for active employer enterprises in Portugal
Elsa de Morais Sarmento | Alcina Nunes

11: Business creation in Portugal: comparison between the World Bank data and Quadros de Pessoal
Elsa de Morais Sarmento| Alcina Nunes

12: Criação de empresas em Portugal e Espanha: Análise comparativa com base nos dados do Banco Mundial
Elsa de Morais Sarmento| Alcina Nunes

13: Comércio Internacional no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
Walter Anatole Marques

14: Evolução das exportações de mercadorias para Angola entre 2007 e 2009: Portugal face aos principais fornecedores
Walter Anatole Marques

15: Análise comparada dos procedimentos, custos e demora burocrática em Portugal, com base no "Doing Business 2011" do Banco Mundial
Elsa de Morais Sarmento| Joaquim Reis

16: Exportações portuguesas para Angola face aos principais competidores
Walter Anatole Marques

17: Internacionalização no Sector da Construção
Catarina Nunes | Eduardo Guimarães | Ana Martins

18: Mercado de Trabalho em Portugal desde 2000
Paulo Júlio | Ricardo Pinheiro Alves

19: Comércio Internacional de mercadorias no âmbito da CPLP
Walter Anatole Marques

20: Exportações nacionais – principais mercados e produtos (1990-2011)
Eduardo Guimarães

21: Formação Contínua nas empresas em 2010 e 2011
Anabela Antunes | Paulo Dias | Elisabete Nobre Pereira | Ricardo Pinheiro Alves | Cristina Saraiva

22: Portugal: Uma síntese estatística regional até ao nível de município
Elsa Oliveira

23: Comércio internacional de mercadorias com Espanha em 2013
Walter Anatole Marques

24: Comércio Internacional de Mercadorias Séries Anuais 2008-2013
Walter Anatole Marques

25: Comércio Internacional de Mercadorias - Importações da China - Janeiro-Dezembro de 2011 a 2013
Walter Anatole Marques

26: Evolução das quotas de mercado de Portugal nas importações de mercadorias na UE-27 - Janeiro-Dezembro de 2007 a 2013
Walter Anatole Marques

27: Comércio Internacional de Mercadorias da Guiné-Equatorial face ao mundo e no contexto da CPLP (2009 a 2013)
Walter Anatole Marques

28: Comércio Internacional de mercadorias da Índia face ao mundo e a Portugal
Walter Anatole Marques

29: Comércio Internacional de Mercadorias no contexto da União Europeia 2009 a 2013
Walter Anatole Marques

30: Comércio bilateral entre os membros do Fórum Macau de 2003 a 2013
Ana Rita Fortunato

31: Exportações portuguesas de produtos industriais transformados por nível de intensidade tecnológica - Mercados de destino (2009 a 2013 e Jan-Out 2014)
Walter Anatole Marques

32: Evolução do comércio internacional de mercadorias com Angola - 2010 a 2014
Walter Anatole Marques

33: Exportações nacionais – principais mercados extracomunitários e produtos (1990-2013)
Eduardo Guimarães

34: Evolução do comércio internacional português da pesca - 2013 e 2014
Walter Anatole Marques

35: Comércio Internacional de Mercadorias - Séries Anuais 2008-2014
Walter Anatole Marques

36: Evolução do Comércio Internacional português da pesca e outros produtos do mar (1º Semestre de 2014 e 2015)
Walter Anatole Marques

37: Desafios e oportunidades para a Ilha Terceira. Estudo sobre o impacto da redução de efetivos na Base das Lajes
GEE

38: Análise Comparativa de Indicadores da Dinâmica Regional na Região do Algarve e Continente
Ana Pego

39: Comércio internacional de mercadorias - Taxas de variação anual homóloga em valor, volume e preço por grupos e subgrupos de produtos
Walter Anatole Marques

40: Análise Descritiva das Remunerações dos Trabalhadores por Conta de Outrem: 2010-2012
Elsa Oliveira

41: Comércio Internacional de Mercadorias - Séries Anuais (2008 a 2015)
Walter Anatole Marques

42: A indexação da idade normal de acesso à pensão de velhice à esperança média de vida: análise da medida à luz do modelo das etapas
Gabriel Osório de Barros

43: Balança Comercial de Bens e Serviços - Componentes dos Serviços - 2012 a 2015 e Janeiro-Abril de 2014 a 2016
Walter Anatole Marques

44: Comércio internacional de mercadorias entre Portugal e o Reino Unido
Walter Anatole Marques

45: Comércio Internacional de mercadorias Contributos para o 'crescimento' das exportações por grupos de produtos e destinos (Janeiro a Agosto de 2016)
Walter Anatole Marques

46: A atividade de Shipping em Portugal
Ricardo Pinheiro Alves | Vanda Dores

47: Comércio Internacional de mercadorias no âmbito da CPLP - 2008 a 2015
Walter Anatole Marques

48: Digitalização da Economia e da Sociedade Portuguesa - Diagnóstico Indústria 4.0
Céu Andrade | Vanda Dores | Miguel Matos

49: A participação Portuguesa nas cadeias de valor globais
Guida Nogueira | Paulo Inácio

50: Contributos dos grupos de produtos e principais mercados de destino para a evolução das exportações de mercadorias - Janeiro a Março de 2017
Walter Anatole Marques

51: Comércio internacional de mercadorias: Portugal no âmbito da CPLP - 2012 a 2016
Walter Anatole Marques

52: Administração Portuária – Empresas e sistemas tarifários
Francisco Pereira | Luís Monteiro

53: Comércio Internacional de Mercadorias - Séries Anuais 2008-2017
Walter Anatole Marques

54: A Economia da Cibersegurança
Gabriel Osório de Barros

55: Contributo de produtos e mercados para o 'crescimento' das exportações de bens
Walter Anatole Marques

56: A Cibersegurança em Portugal
Gabriel Osório de Barros

57: Comércio internacional de mercadorias Portugal - China
Walter Anatole Marques

58: Comércio internacional de mercadorias de Portugal com a Venezuela - 2013 a 2017 e 1º Semestre de 2018
Walter Anatole Marques

59: Balança Comercial de Bens e Serviços Componentes dos Serviços (2015-2017 e 1º Semestre 2015-2018)
Walter Anatole Marques

60: O Comércio a Retalho em Portugal e uma Perspetiva do Comércio Local e de Proximidade
Paulo Machado | Vanda Dores

61: A Indústria Automóvel na Economia Portuguesa
Sílvia Santos | Vanda Dores

62: Impacto Económico da Web Summit 2016-2028
João Cerejeira

63: Comércio Internacional de Mercadorias - Séries Anuais (2008-2018)
Walter Anatole Marques

64: A Tarifa Social de Energia
Gabriel Osório de Barros | Dora Leitão | João Vasco Lopes

65: Evolução recente do comércio internacional no 'Ramo automóvel' (2017-2018)
Walter Anatole Marques

66: Comércio internacional de mercadorias com Moçambique (2014-2018)
Walter Anatole Marques

67: Cryptocurrencies: Advantages and Risks of Digital Money
Gabriel Osório de Barros

68: Comércio internacional de mercadorias com Moçambique (2014-2018)
Walter Anatole Marques

69: Perspetivas de investimento das empresas
Ana Martins | Rita Tavares da Silva

70: Comércio internacional de mercadorias de Portugal - Ficha anual Portugal-PALOP (2014-2018)
Walter Anatole Marques

71: O SME Instrument e as PME Portuguesas
Eugénia Pereira da Costa | Paulo Inácio

72: Comércio internacional de mercadorias de Portugal com a América Central (2014-2018)
Walter Anatole Marques

73: Comércio da China com os PALOP (2014-2018) e correspondentes exportações portuguesas (2017-2018)
Walter Anatole Marques

74: Comércio internacional de têxteis e vestuário (2008-2018)
Walter Anatole Marques

75: O setor TIC em Portugal (século XXI)
Luís Melo Campos

76: Comércio Internacional de mercadorias de Portugal com a América do Sul (2014-2018)
Walter Anatole Marques

77: Empresas de Fabricação de Embalagens de Plástico
Florbela Almeida | Graça Sousa | Dulce Guedes Vaz

78: Comércio internacional de mercadorias - Ficha Portugal-PALOP (2017-2018 e janeiro-agosto 2018-2019)
Walter Anatole Marques

79: Retrato do Sector do Calçado em Portugal
Catarina Nunes | Eduardo Guimarães | Florbela Almeida | Luís Campos | Ricardo Pinheiro Alves | Sílvia Santos | Vanda Dores

80: Comércio Internacional de Mercadorias Séries Anuais 2014-2019
Walter Anatole Marques

81: Canais de transmissão e sectores potencialmente mais afetados pelo COVID-19
Rita Bessone Basto | Paulo Inácio | Guida Nogueira | Ricardo Pinheiro Alves | Sílvia Santos

82: COVID-19 - Estratégia de Retoma da Economia Portuguesa
GEE (Vários autores)

83: Competitividade e cadeias de valor no sector agroalimentar e agroflorestal português
Ricardo Pinheiro Alves | Tiago Domingues

84: Evolução do setor da construção em Portugal, 2008 a 2018
Eugénia Pereira da Costa | Catarina Leitão Afonso | Francisco Pereira | Paulo Inácio

85: Portugal no mundo do calçado Comércio Internacional (2017-2019 e Janeiro-Maio 2019-2020)
Walter Anatole Marques

86: COVID-19 – Oportunidades setoriais de exportação para a economia portuguesa por via de desvio de comércio
Guida Nogueira | Paulo Inácio

87: Comércio internacional português do Vinho - 2017 a 2019 e período de Janeiro-Abril 2019-2020
Walter Anatole Marques

88: A importância Macroeconómica do Ramo Segurador em Portugal: Análise Input-Output
Vanda Dores | Tiago Domingues

89: Digitalisation, Skills and Cybersecurity in Portugal – Critical Factors in a Digital Economy driven by Covid-19
Gabriel Osório de Barros

90: Avaliação do Impacto da Web Summit
Francisco Carballo-Cruz | João Cerejeira | Ana Paula Faria

91: Comércio internacional de mercadorias de Portugal com a Federação Russa - 2017 a 2021
Walter Anatole Marques

92: Comércio Internacional de mercadorias de Portugal com a Ucrânia 2017 a 2021
Walter Anatole Marques

93: Acesso ao financiamento das PME portuguesas desde a crise financeira global
Ana Martins e Rita Tavares da Silva

94: Sector "Têxteis e Vestuário" - Importações na UE-27 e quotas de Portugal (2020) - Comércio Internacional português (2017-2021)
Walter Anatole Marques

95: Comércio Internacional da pesca, preparações, conservas e outros produtos do mar (2020-2021)
Walter Anatole Marques

96: Decarbonization in Portugal – The sectors in the ring of fire
Inês Póvoa

97: Uma estória de dois contos: Impactos heterogéneos da pandemia da COVID-19 no setor do Turismo
Gonçalo Novo | Gabriel Osório de Barros

98: Comércio internacional de mercadorias de Portugal com Marrocos
Walter Anatole Marques

99: Evolução recente do Comércio Internacional de mercadorias de Portugal com a Ucrânia
Walter Anatole Marques

100: Soberania Digital em Portugal: Enquadramento, prioridades e estratégia
Nuno Xavier | Gabriel Osório de Barros

101: Evolução da Exportação e Importação de calçado 2017-2021 e 1. Semestre 2021-2022
Walter Anatole Marques

102: Comércio Externo de Moçambique & Portugal-Moçambique (2020-2021 e 1º Semestre 2021-2022)
Walter Anatole Marques

103: Comércio Internacional da pesca, preparações, conservas e outros produtos do mar (1º Semestre 2021-2022)
Walter Anatole Marques

104: Importação e exportação de produtos da Madeira, Cortiça, e suas obras (2017-2021 e 1ºSemestre 2021-2022)
Walter Anatole Marques

105: A resiliência económico-financeira das empresas portuguesas face a choques exógenos: a pandemia covid-19 e a invasão da Ucrânia
Ana Martins | Mariana Santos

106: Comércio Externo da Argélia & Portugal-Argélia 2017-2021 (Janeiro-Agosto 2021-2022)
Walter Anatole Marques

107: Importação e exportação de máquinas e unidades de informática semicondutores e circuitos integrados electrónicos (2020-2021 e Janeiro-Agosto 2021-2022)
Walter Anatole Marques

108: Environmental impact of tourism in Portugal – overview and challenges
Gabriel Osório de Barros | Inês Póvoa

109: Comércio Internacional de mercadorias Taxas de variação homóloga em Valor Volume e Preço por grupos e subgrupos de produtos (Janeiro-Setembro 2022/2021)
Walter Anatole Marques

110: Comércio Externo da Turquia e Portugal – Turquia (2017-2021 e Janeiro-Setembro 2021/2022)
Walter Anatole Marques

111: European Industrial Strategy in the recent context: Industrial Ecosystems and Strategic Dependencies' insights from Portugal
Guida Nogueira | Paulo Inácio | Joana Almodovar

112: I&D e Inovação: (Des) Igualdade de Género e Valorização de Recursos
Eugénia Pereira da Costa | Carla Ferreira

113: Recuperação e revitalização empresarial – um balanço dos mecanismos judiciais e extrajudiciais
Teresa Maria Rebelo

114: O Alojamento Local no Concelho de Lisboa: Impactos, Desafios e Oportunidades
Gabriel Osório de Barros | Gonçalo Novo

115: Inovação e digitalização no turismo: um caminho para a sustentabilidade
Sílvia Gregório dos Santos

116: O Papel do Lítio na Transição Energética e Digital: Oportunidades e Desafios para Portugal no contexto europeu
Gabriel Osório de Barros | Inês Póvoa

117: O paradoxo da produtividade na ótica do investimento empresarial: uma análise através do EIBIS
Mariana Costa Santos

118: A Inteligência Artificial na Transição Climática Desafios e Potencialidades na União Europeia
Inês Póvoa | Gabriel Osório de Barros

119: Veículos Elétricos em Portugal - Oportunidades e Desafios Económicos e Ambientais
Gabriel Osório de Barros | Gonçalo Novo

120: APOIAR em tempos de pandemia: Balanço de um programa de apoio às empresas
Ana Martins | Teresa Rebelo

121: Portugal's export performance in the aftermath of the pandemic crisis
Guida Nogueira | Paulo Inácio | Joana Almodovar

122: Análise de indicadores de acessibilidade à habitação em Portugal: Perspetiva Regional
Gonçalo Novo | Nuno Tavares | Gabriel Osório de Barros

123: As Agendas Mobilizadoras do PRR como instrumento de inovação em rede: Enquadramento e ponto de situação
Teresa Rebelo | Mariana Costa Santos

124: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: Desafios e Oportunidades para a Indústria, a Inovação e as Infraestruturas em Portugal
Gabriel Osório de Barros | Catarina Castanheira Nunes

125: Qualificações Digitais em Portugal
Gabriel Osório de Barros | Maria Asensio Menchero

126: Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa
Eugénia Pereira da Costa

127: Adicionalidade e Impactos das Agendas Mobilizadoras do PRR: um Quadro Lógico para a transformação da economia portuguesa
Mariana Costa Santos | Teresa Rebelo

128: Restrições ao Alojamento Local em Lisboa: Efeitos na Construção e Reabilitação Urbana
Nuno Tavares

REPÚBLICA PORTUGUESA | ECONOMIA E COESÃO TERRITORIAL

DGE Direção-Geral da Economia